



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

JOSIELMA GOMES DA COSTA MARQUES

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E REPERCUSÃO NO
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS**

**GUARABIRA – PB
2014**

JOSIELMA GOMES DA COSTA MARQUES

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E REPERCUSÃO NO
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia sob orientação da Professora Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

**GUARABIRA – PB
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

M357e Marques, Josielma Gomes da Costa
Educação Infantil no Brasil [manuscrito] : evolução e repercussão
no atendimento às crianças em instituições educativas / Josielma
Gomes Da Costa Marques. - 2014.

20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Mônica de Fátima Guedes de Oliveira,
Departamento de Educação".

1. Educação Infantil. 2. Creche. 3. Política Pública. I. Título.
21. ed. CDD 374

JOSIELMA GOMES DA COSTA MARQUES

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E REPERCUSÃO NO
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS**

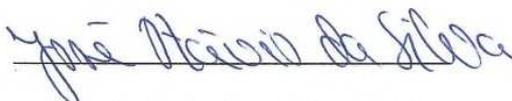
Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba – Campus III – Guarabira, em
cumprimento dos requisitos necessários
para obtenção do Grau de Licenciatura
em Pedagogia sob orientação da
Professora Ms. Mônica de Fátima
Guedes de Oliveira.

Aprovada em 10 /03/2014



Profª MS. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira / UEPB

Orientadora



Prof. MS. José Otávio da Silva / UEPB

Examinador



Profª MS. Rosilene Agapito da Silva Llerena / UEPB

Examinadora

Dedico este trabalho em primeiro lugar a, JESUS CRISTO, que me permitiu esta vitória; a minha mãe, Maria Marli Gomes da Costa, ao meu pai, Moacyr Gomes da Costa, a minha irmã Joseane Gomes da Costa e ao meu esposo Gilmar Marques de Lira que com muito esforço e carinho me apoiou em todos os momentos de dificuldades, e a toda minha família que me ajudaram em todos os momentos desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por tornar possível a conclusão deste curso.

Aos meus pais que me apoiou todos os momentos de dificuldades.

Ao meu esposo Gilmar, que muitas vezes mim estimulou e incentivou a não desistir dos meus sonhos. A razão pela qual me fez enfrentar e derrubar muitos obstáculos, fazendo com que a cada pedra tropeçada, crescesse ainda mais o desejo desta vitória.

A minha irmã, Joseanne Gomes da Costa, que de alguma forma contribuiu para que eu concretizasse este tão sonhado curso, Pedagogia.

As minhas amigas, companheiras das horas difíceis.

Aos professores que partilharam as angústias, dúvidas e alegrias e que assim me ensinaram algo mais, em especial, a minha orientadora, a Professora Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, que sempre me incentivou e que me ajudou com muita dedicação a concluir este curso.

Em fim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram e me deram forças para concluir e realizar mais este tão sonhado desejo. O meu muito obrigado!

A educação exige os maiores cuidados,
porque influi sobre toda a vida.

Sêneca

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
1. INTRODUÇÃO.....	07
2. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA.....	08
3. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	11
4. POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NO NÍVEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E REPERCUSÃO NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

MARQUES, Josielma Gomes da Costa¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar o processo de desenvolvimento da Educação Infantil. Apresentando a Concepção de Infância, a Trajetória da Educação Infantil no Brasil e as Políticas Públicas destinadas à Educação Infantil. Discute a origem das instituições destinadas a essa modalidade de educação. Dentre estas instituições enfatizaremos a função da creche para com a sociedade - cuidar e/ou educar, desde sua origem até os dias de hoje. O trabalho optou por uma pesquisa bibliográfica. A pretensão deste trabalho foi constituída a partir da necessidade de se aprofundar acerca da Educação infantil brasileira, no tocante as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos tempos, no âmbito da mesma, tendo em vista a importância de se discutir a Educação Infantil como parte de um contexto amplo. Foi feito um estudo a partir de abordagens teóricas, tomando como bases as idéias de autores como: Ariès (1978), Cabral (2005), Oliveira (2010) e dos demais não selecionados, por fazer referência a história deste nível de escolaridade, envolvendo a questão da educação da criança de 0 a 6 anos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil sofreu grandes transformações nos últimos anos. Como também teve que enfrentar muitos desafios em relação à mudança de paradigmas, crenças e concepções, com a finalidade de adquirir uma nova identidade para as instituições que trabalhavam com crianças. O processo de transformações foi longo e difícil, mas nos proporcionou uma nova concepção de criança, totalmente diferente da visão tradicional. A criança na história da humanidade vivenciou por séculos um descaso, e até mesmo um menosprezo pela sociedade, era vista como um ser sem importância, hoje é considerada em todas as suas características como um ser de identidade pessoal e histórica.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba- Campus III/Guarabira.

No século XXI, diante das novas exigências sócio-políticas, econômicas, culturais e educacionais, dentre essas, as políticas públicas, trouxeram mudanças significativas na Educação Infantil, pois a criança passou a ser vista como um bom investimento para o futuro. Sob este aspecto passou a ser valorizada e o seu atendimento teve que acompanhar os rumos da história. Por meio do qual, a Educação Infantil passou de uma perspectiva assistencialista a uma proposta pedagógica unida ao cuidar e educar da criança, em seus aspectos físicos, emocionais, psicológicos, cognitivos, entre outros.

Para ampliar o foco desta questão, podemos a princípio destacar na literatura os autores: Ariès (1978), Cabral (2005), Oliveira (2010) e dos demais não selecionados, por fazer referência a história deste nível de escolaridade, envolvendo a questão da educação da criança de 0 a 6 anos.

Neste sentido, o presente artigo se divide em três momentos. No primeiro momento vêm articular os fatores que evidenciaram a Concepção de Infância. No segundo momento iremos relatar a Trajetória da Educação Infantil, comentando, discutindo e fundamentando a função das instituições destinadas ao atendimento às crianças, sobretudo a creche, que foi denominada ao longo do processo histórico como instituições de guarda e educação da primeira infância, devido ao caráter familiar no atendimento à criança pequena. E no terceiro momento iremos apresentar as Políticas Públicas sob a ótica do atendimento às crianças no nível da Educação Infantil.

2 A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A concepção da criança na Idade Média, comparada ao atual, é tida como desumana. Durante muito tempo perdurou a visão de que a criança era um ser nulo, por isso não se considerava sua identidade pessoal. A indiferença a ela destinada era algo absolutamente normal; a criança era vista como um adulto em miniatura.

Nesse aspecto, é interessante entender os diferentes papéis que a criança ocupou ao longo da história, entendendo que o cuidado e a educação das crianças eram destinados a família, e com o passar dos tempos, surge os arranjos alternativos para prestar esses cuidados.

Segundo Oliveira (2010), nas sociedades primitivas, as crianças que se encontravam em situações desfavoráveis, como o abandono, eram cuidadas por uma rede de parentesco, ou seja, dentro da própria família. Na Idade Antiga, os cuidados eram oferecidos por “mães mercenárias”, desprovidas de nenhum tipo de preocupação com as crianças, sendo que muitas morriam sob os seus cuidados. Na Idade Média e Moderna, existiam as “rodas”, estas denominadas como roda da misericórdia eram- (cilindros ocos de madeira, giratórios), construídos em muros de igrejas ou hospitais de caridade, onde as crianças deixadas eram recolhidas, sem que a identidade dos responsáveis que os traziam, precisassem ser identificadas. Nesse momento, fica evidenciado nas palavras de Oliveira que

As idéias de abandono, pobreza, culpa, favor e caridade impregnam, assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e por muito tempo vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da educação infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família (2010,p.59).

Nessa perspectiva a criança era vista como um ser sem valor. E até o século XVII a sociedade não dava muita atenção às crianças e a sua formação, devido às más condições sanitárias morriam muito cedo, por isso não era permitido construir laços afetivos com as crianças. A taxa de natalidade também era muito alta, o que acarretava a substituição de uma criança que morreu por outra. A perda era vista como algo natural que não merecia ser lamentada por muito tempo como comenta Ariès “... as pessoas não podiam se apegar muito a algo que não era considerado uma perda eventual...” (1978, p. 22).

Na Idade Média, não se havia certeza em relação ao período que caracterizava a infância, muitos se baseavam nas formas físicas que determinavam a infância como sendo o período que vai do nascimento dos dentes até os sete anos. (c.f. ARIÈS, 1978). Neste período da história, a criança era vista como um adulto em miniatura, e era inserida no mundo adulto assim que pudesse realizar certas atividades. A educação não era diferenciada e a criança tinha acesso às informações do mundo adulto, sem nenhuma restrição relacionada ao pudor ou a vergonha. O traje da criança era idêntico ao dos adultos.

Somente no século XVII, com as grandes transformações sociais, entre as mais importantes as reformas religiosas, católicas e protestantes, que se teve um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem. Aos poucos os adultos vão percebendo a diferença existente nos pequenos seres da sociedade. (c.f. SOARES 2009). Existiram também as transformações econômicas, essas interferiam nas relações sociais que levou ao surgimento da escola.

Dentro desse cenário, surge um novo olhar sobre a criança e sobre como ela deveria ser educada. Oliveira (2010) menciona os precursores que delinearam novas idéias para a educação de crianças pequenas

Autores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori, entre outros, estabeleceram as bases para um sistema de ensino mais centrado na criança [...] embora com ênfases diferentes entre si, as propostas de ensino desses autores reconheceram que as crianças tinham necessidades próprias e características diversas das dos adultos [...] (OLIVEIRA, 2010, p.63).

Esses autores propuseram atividades em instituições escolares que compensassem a criança no seu processo de desenvolvimento.

Neste caso, com a valorização da educação a visão sobre a formação da criança passou a ser diferenciada.

Percebeu-se a necessidade de uma educação e cuidados diferenciados para com as crianças. Estas passaram aprender na escola, e não mais, na convivência com os adultos e suas tarefas cotidianas. A escola passou a ser responsável pelo processo de formação das crianças, que foram separadas dos adultos e mantidas na escola até estarem preparadas para a vida em sociedade. (ARIÈS, 1978, apud SOARES 2009).

Segundo Soares (2009) a formação moral da criança se torna uma grande preocupação, que logo é amenizada pela igreja que se encarrega de direcionar a aprendizagem da criança, visando corrigir seus eventuais “desvios” morais. A família começa a perceber a criança como um investimento futuro, que precisa ser preservado e afastado de maus físicos e morais. Como também, começa a se interessar pelas questões relacionadas à higiene e a saúde da criança, o que levou a uma diminuição considerável da taxa de mortalidade. No entanto, essas mudanças beneficiaram as crianças burguesas, pois as crianças do povo continuaram sendo levadas ao trabalho, sem ter acesso aos direitos

proporcionados pela nova concepção de infância, como o direito a educação e a cuidados pessoais.

Nota-se, portanto, a transformação do conceito sobre o minúsculo ser, e a ascensão da concepção da infância, como um fato importante, que caracteriza uma nova era de pensamento sobre o até então desconhecido mundo infantil. Mundo este que necessita de cuidados especiais, principalmente no que diz respeito à educação. Vemos então, que a concepção de infância vai sendo construída junto aos rumos da história, que a emancipou tal como é concebida nos dias atuais.

3 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil, não é muito rica em informações, devido à falta de interesse, na época, de se registrar com precisão os fatos que iniciam sua trajetória, e que aconteceram no decorrer da mesma.

Durante muito tempo, a educação da criança foi pensada no espaço doméstico, adquirida por meio da família e de um grupo social em que ela esteja inserida. A institucionalização do atendimento a criança de zero a seis anos, é fato recente no sistema educacional brasileiro.

De acordo com Cabral (2005), os estudos sobre a criança e infância no Brasil iniciaram-se em 1820, quando foram instaladas as primeiras instituições de nível superior no país. Com base em Aquino (2001), Cabral ainda afirma que a palavra criança só é mencionada pela primeira vez, oficialmente, na Assembléia Constituinte em 1823 no Rio de Janeiro. Sendo que este termo só começou a validar em 1824.

No que diz respeito à educação de nível infantil brasileiro, o assistencialismo perdurou por quase um século e só perdeu força com a Constituição de 1988. A instauração de creches e pré-escolas no país aconteceu no final do século XVIII e início do século XIX.

A concepção que orientou a educação brasileira até o século XVI, de acordo com Rosembeg (2004) apud Cabral (2005, p. 50-51), estava centrada no “progresso” feminino. Onde mulheres que por serem boas mães, seriam boas educadoras, sem se vislumbrar qualquer perspectiva profissional, ou seja, a

mulher deveria exercer seu papel de educadora não só em casa, mas em qualquer lugar na sociedade. Sendo assim, “a história da Educação Infantil começa a se configurar de forma improvisada, pouco sistematizada, mais ligada à vocação e aos dons femininos, do que a uma formação consistente, especializada e profissional” (CABRAL, 2005, p. 51). Sob este aspecto surge a tradição do ensino infantil ser feito por mulheres.

Na década de 30, de acordo com Cabral (2005), ocorreram muitas transformações no âmbito educacional, que fez com que a educação caminhasse a uma visão mais moderna. Neste período o Brasil vivenciou o Movimento da Escola Nova, que tinha como principal característica o atendimento diferenciado à criança, proporcionando-lhe uma educação laicizada, pública e gratuita, no qual a criança era posta no centro das atividades educativas. Este movimento no Brasil foi empreendido por muitos teóricos, entre eles destacamos Anísio Teixeira que levantou a bandeira da Escola Nova.

Nesta mesma época, em 1930, Getúlio Vargas, influenciado pelo escolanovismo, oficializou a escola pública no Brasil. Vargas criou o MEC (Ministério da Educação, Cultura e Saúde), tornando a educação brasileira governamental.

Ainda de acordo com Cabral, na década de 50 a Educação Infantil passa a ser considerada do tipo de ensino pré-primário (pré-escolar) que antecede a fase primária de ensino, “podendo ser ministrado nos jardins de infância, mas, também, nas chamadas escolas infantis e nas classes de pré-primário, anexas aos estabelecimentos de ensino primário” (VIEIRA 2003, p.64), apud Cabral (2005, p.54).

A partir de 1970, o processo de urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho levaram a um aumento significativo na demanda por vagas em escolas para as crianças de zero a seis anos. O atendimento começa a se delinear com forte caráter assistencialista. Para as crianças de classe alta foram criados os primeiros jardins de infância, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo.

As instituições direcionadas a classe baixa, tinham um caráter assistencial, usando apenas o cuidado médico-higiênico, em harmonia com o que era feito no lar de tais crianças pobres, estas instituições eram dirigidas por médicos. (cf.

CABRAL, 2005) “A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O estado não deveria gerir diretamente as instituições” (KUHLMANN, 2000, p. 8, apud CABRAL, 2005, p. 53).

Devidos as reivindicações femininas, na segunda metade dos anos 70, são instaladas as creches, sobretudo nos bairros populares, atendendo a antiga reivindicação das mulheres que trabalhavam na indústria e no setor de serviços, entre outras atividades. As creches eram funcionais assistencialistas, tidas como o local de “guarda de criança”.

Essa situação veio mudando, principalmente a partir da década de 80, na qual a Educação Infantil, antes colocada no segundo plano começa a ganhar destaque. As pesquisas universitárias começam a dar suas primeiras colaborações, ao mostrar o quadro dramático em relação ao atendimento de crianças na maioria das creches, principalmente no uso de técnicas e/ou métodos aplicados, e a precária qualidade dos serviços prestados. (cf. CABRAL 2005).

Como prova da preocupação com a Educação Infantil é elaborada, pelo recém criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1989, a “Carta de Princípios da Criança: Compromisso Social”. Este documento concebe a creche como um direito da criança, e não como ajudas às mães trabalhadoras. Nele, a Educação Infantil é responsabilidade da sociedade cívica e política, e não somente da família. Até aqui a Educação Infantil (creches) eram de responsabilidade da assistência social e não da educação.

Os anos 80 foram de grande importância para a afirmação da Educação Infantil em todo o país. A promulgação da Constituição Cidadã de 1988, defendia a ação do Estado, no sentido da democratização do ensino público, em todos os níveis escolares. A constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado; “essa lei, se torna um marco na história da construção social desse novo sujeito de direitos, a criança pequena”. (CABRAL, 2005, p.58).

Não se pode deixar de enfatizar o Movimento de Luta Pró-Creches (MLPC), que teve como uma das prioridades defendidas, apontarem o caráter educacional das creches que atendiam, principalmente, aos mais carentes, como meio de equilíbrio social. Cabral nos ensina que: “O vínculo das creches aos

órgãos de serviço social fazia reviver a polêmica entre educação e assistência, que percorre a história das instituições de Educação Infantil” (KUHLMANN, 2000, p. 12, apud CABRAL, 2005, p. 58).

Cabral nos mostra que “a posição secundária da Educação Infantil se deve, historicamente, às políticas educacionais que lhes conferiam, quase sempre, um caráter assistencialista e paternalista” (SILVA, 1999, apud CABRAL 2005, p. 58). Tornando-nos fácil a compreensão dos males preconceitos que a Educação Infantil carrega até os dias atuais.

A discussão sobre a diferenciação papel assistencialista e educacional, nas escolas, passou a considerar que apenas, a assistência, não se equilibraria a um caráter pedagógico.

Segundo Cabral (2005), somente a partir da Constituição de 88 no Brasil, as creches-historicamente subordinadas às secretarias de Educação ou Municipais de Promoção e Bem-estar Social-, e as pré-escolas – ligadas às secretarias de Educação Municipal e Estadual, integraram-se ao sistema regular de ensino.

A separação entre o atendimento nas creches, de zero a três anos, visto como algo destinado às camadas populares, e a pré-escola, segmento voltado para as classes médias e altas, funda a Educação Infantil no país.

Em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), coloca como necessidade primordial, a criação e definição de uma política nacional para o atendimento às crianças, no nível da Educação Infantil.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NO NÍVEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No ano de 1975, o Ministério da Educação (MEC), começou a assumir as responsabilidades referentes à Educação Infantil, criando a Coordenadoria de Escola Pré-escolar, para o atendimento de crianças de quatro a seis anos. Surge em decorrência da pressão pela demanda por escolaridade, e pelo dualismo existente, o assistencial versus educativa com fins a ampliar o acesso da população mais pobre à escola.

Em 1977, foi criada, no Ministério da Previdência e Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha como objetivo organizar e orientar o serviço de várias instituições independentes, historicamente responsáveis pelo atendimento das crianças de zero a seis anos. Essas instituições eram mantidas por associações e agremiações de bairros; religiosas e filantrópicas. Com a extinção da LDB em 1995, o Governo Federal continuou a enviar recursos para as creches por meio de assistência social. Foi justamente nesse período que houve a separação intensificada entre o atendimento nas creches, de zero a seis anos tido como algo destinado as camadas populares, e a pré-escola voltada para as classes média e alta. Essa é uma separação que funda a Educação Infantil no país (c.f. HEIDRICH, 2010).

Segundo Karina Rizek (ex-coordenadora de Educação Infantil do MEC), apud Heidrich 2010, as creches eram vistas como uma alternativa de subsistência para as crianças mais pobres orientadas a oferecer os cuidados em relação à saúde, higiene e alimentação; todas financiadas pela assistência social. Já a pré-escola era encarada como porta de entrada das crianças ricas na Educação.

A Constituição de 1988 oferece à criança o direito a educação pública, que deve ser garantida desde seu nascimento, e diferente da educação familiar e social. A educação na creche e pré-escola passou a ser um direito da criança, facultativo à família, e não como apenas da mãe trabalhadora. “A Constituição Federal determina que a criança deve ser vista como um sujeito de direitos e, assim, ela possa a ser reconhecida como cidadã em desenvolvimento, requerendo, então, uma atenção individualizada” (CABRAL, 2005, p. 61).

Desde então, os profissionais da Educação Infantil ganharam mais legitimidade e foi enfocada a necessidade de uma formação qualificada para tais profissionais, da educação da criança de zero a seis anos. Com isso, a Educação Infantil passou a ser objeto de planejamento, legislação e de políticas sociais e educacionais.

Em 1990, é editado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirmando os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publica o documento Política Nacional da Educação Infantil, que possuía como metas estabelecidas, a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças.

Foi criada em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN ou LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta trouxe grandes mudanças favoráveis a Educação Infantil no país. O seu artigo 62, por exemplo, foi o pioneiro a estabelecer a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. De acordo com Heidrich (2010), afirma que segundo a lei, a formação do educador desse segmento deve ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. (c.f.HEIDRICH, 2010).

A atual LDB 9394/96 orienta, mas não obriga aos pais matriculem seus filhos na Educação Infantil; a obrigatoriedade se dá para o ensino fundamental. Ela também deixa claro, que a responsabilidade constitucional na Educação Infantil é dos municípios, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos Estados.

Com a LDB 9394/96 a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, juntando-se ao ensino fundamental e médio. Apesar de todos esses fatos, essa fase da educação ainda é pouco valorizada pelos gestores das políticas públicas.

A não obrigatoriedade da Educação Infantil, a torna muito vulnerável e isenta de recursos e investimentos voltados para ela. De acordo com Cabral (2005), a LDB, em seu parágrafo 3º, afirma que “cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverão: I - matricular todos os educandos a partir de sete anos de idade, e facultativamente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental”. (CABRAL, 2005, p.66). Assim a Educação Infantil continua sendo um direito, como uma oferta, mas a demanda de atender é regalia do Ensino Fundamental.

Com o objetivo de um direcionamento à Educação Infantil, os gestores das Políticas Públicas, elaboram no período de 1997-98, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), esse documento traz subsídios para o funcionamento das instituições de Educação Infantil. Como pontua Cabral (2005, p.67), que “o documento citado foi concebido para se tornar uma referência para as escolas, objetivando redirecionar o trabalho pedagógico, para obtenção de uma maior qualidade”, aponta e reforça a relação entre o cuidar e o educar,

propondo uma programação pedagógica para as creches e pré-escolas, além do diálogo persistente com a família.

Um ano depois, em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Para a Educação Infantil, que segundo a RESOLUÇÃO CEB N° 1, DE ABRIL DE 1999, em seu artigo segundo, tem como objetivo a orientação às Instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Cabral (2005) nos mostra que segundo essas Diretrizes e, em consonância com LDB a Educação Infantil, como 1ª etapa da Educação Básica, passa a ser organizada da seguinte forma: 1- creches para as crianças de zero até três anos de idades; 2- pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade.

O processo de construção da Educação Infantil no Brasil se deu através de diversos fatos, somadas as lutas, reivindicações, movimentos sociais e feministas, para que as políticas públicas se efetivassem no contexto educacional vigente. Atualmente, percebe-se a importância e necessidade de investimentos sólidos nessa fase de desenvolvimento, pois essa modalidade da educação é o principal alicerce na formação do ser humano.

Os novos marcos legais trazem novas implicações na área. Abrangendo e concedendo a criança como sujeitos de direitos, dispendo de novos princípios no sentido da valorização dos profissionais com habilitação na área de educação, uso de verbas da educação para o atendimento em creche e pré-escolas, efetivando assim, padrões de qualidades pelos sistemas de ensino. Novas concepções foram estabelecidas para maior visibilidade do atendimento realizado.

Assim, o programa Brasil Carinhoso, lançado pela Presidenta Dilma, vem resolver o problema desse nível de ensino. Em síntese, reforça o atendimento das políticas públicas às crianças de 0 a 6 anos de idade, por meio de ações conjuntas entre os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (PROGRAMA DO BOLSA FAMÍLIA). Incluindo medidas de incremento das matrículas da educação infantil, favorecendo, sobretudo na expansão das creches públicas e ampliação do acesso das crianças nesse nível de ensino.

Metas e planos são estabelecidas, tornando a educação infantil um caráter obrigatório, com recursos ampliados para atender toda a educação básica. Colocando como necessidade primordial as melhoras nas condições de famílias que vivem à margem da Pobreza. Dessa forma, possibilita aos filhos dessa classe menos favorecida o direito, seguindo as mesmas proporções do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), garantindo uma educação pública de qualidade, regida por propostas e direcionamentos de garantias fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, enquanto cidadãos em processo de formação.

Por esta razão, é preciso defender essa política de chamamento às matrículas na creche e pré-escola, cobrando dos gestores públicos sua efetiva implantação. No entanto, todo imaginário social construído ao longo dos tempos sobre a educação da criança pequena vem sendo abalado, fazendo surgir uma nova trajetória de trabalho pedagógico planejada coletivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo histórico e bibliográfico, percebemos que a valorização da Educação Infantil se dá por meio da Conscientização da sociedade, em relação às diferenças dos pequenos seres, ou seja, a concepção de Infância trouxe consigo uma preocupação e necessidade de uma educação especial voltada a esses seres.

Hoje, a nossa concepção de criança é totalmente contemporânea: a criança como um ser independente, necessitado de educação e cuidados especiais. No entanto, grandes transformações precisam ser feitas no que diz respeito à prática da educação voltada ao mundo infantil. Pois, as nossas atuais instituições deixam muito a desejar em relação às obrigatoriedades no cuidado da criança, estabelecidos na Constituição de 1988, principalmente na organização e atuação das creches no país.

Este é um desafio que deve ser enfrentado pelo conjunto de professores e educadores que visam à melhoria e real valorização da educação Infantil Brasileira.

É notória que o grande desafio hoje, é a superação desse dual- cuidar e educar, com que essas duas instituições tiveram presente ao longo dos tempos. Isso implica tomar consciência e incluir o cuidado e a educação como partes integrantes e indissociáveis no processo de desenvolvimento da criança pequena. Comprometida com os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança.

Mas, o que observamos é que prevalece fortemente nos ambientes da creche principalmente, atividades ligadas ao corpo, e como foco as crianças de baixa renda. Além, do acesso ilimitado a um atendimento de qualidade, com profissionais desqualificados para desenvolver as propostas pedagógicas de qualidade nas instituições de ensino. Descaracterizando dessa forma, a especificidade da Educação Infantil.

Assim, percebe-se a distância entre o que diz as políticas públicas e a realidade. E o que era para acontecer na real, ainda prevalece no papel, necessitando sobretudo priorizar o desenvolvimento infantil. Haja vista, que a criança deve ser vista como sujeitos de direitos, e de atenção individualizada. Porém em meio a esse descaso, é importante não generalizar, pois em nosso contexto atual, já existem escolas comprometidas em unificar esse atendimento de forma que uma venha complementar à outra, tornando a educação de fato, globalizada, humanizadora, formadora e qualitativa.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

Brasil Carinhoso e o incentivo à educação infantil. Disponível em: <http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/artigo.aspx?id=7257>. Acesso em: 12 de jan.2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. (Lei nº 9394/96), de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Resolução CEB nº 1/99** . Diário Oficial, Brasília, 13 abr. 1999. Seção 1, p.18.

CABRAL, Ana Carla Ferreira Carvalho. **Formação de professores para a educação infantil: um estudo realizado em um curso normal superior**. Belo Horizonte: PUC, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEIDRICH, Gustavo. **Educação Infantil no Brasil: cem anos de espera**. Revista Escola. Março, 2010. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/educacao-infantil-no-brasil/educacao-infantil-brasil-cem-anos-espera-540838.shtml?page=1> .Acesso em: 12 de jan.2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de.

Educação infantil: fundamentos e métodos/ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. -6. Ed.-São Paulo: Cortez, 2010. -(Coleção Docência em Formação)

SOARES, Ângela Silva. **Concepção de Infância e Educação Infantil**. Julho, 2009. Disponível em; <http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-10800579>. Acesso em: 12 de jan.2014.

SOUZA, Renato Paulo. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996, 185º da Independência e 108º da República. Fernando Henrique Cardoso.